

O Mecenato da cultura e da ciência no Brasil dos anos 1980

Araci Gomes Lisboa¹

Idéias sobre Patrimônio

A noção de “preservação do patrimônio”, tida como fundamental num processo de construção de memórias/história, foi utilizada por alguns cientistas, de meados do século XX, como justificativa para interromper o processo de descarte de documentos produzidos nas instituições de pesquisa, iniciando o debate em torno da proteção do patrimônio científico. Acredito assim, que noção de Patrimônio no Brasil esteve atrelada a afirmação de um ideal nacional que por sua vez estava vinculado ao projeto de desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, o conceito de patrimônio utilizado nesse trabalho liga-se aos estudos mais recentes que o apontam como “construção social”. Patrimônio não é só o legado que é herdado, mas é principalmente aquele que um grupo, significativo de uma sociedade, deseja deixar como herança para o futuro através de uma seleção consciente. E existe também uma noção de posse, por parte de um determinado grupo, desse legado que é coletivamente herdado. Para a antropóloga Silvana Rubino a partir dos anos oitenta do século XX, quando as próprias instituições de preservação passam a entender que há outros patrimônios, outros saberes e outras populações cuja memória precisa ser preservada, esse conceito começa a ser ampliado iniciando um processo de mudança. Esta levanta, ao mesmo tempo, questões difíceis no sentido de delimitar o que é patrimônio na medida em que seu sentido abrange muitas possibilidades. "Afinal de contas, quem, quando, como, com quem e em que circunstâncias definem quais são os critérios? Ou seja, qual é a seleção que nós fazemos do que pode e deve permanecer e do se que pode descartar?", questiona a antropóloga.

¹ Arquivista do Museu de Astronomia e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

Entender a política de preservação como processo contextualizado de decisões nos permite comparar as decisões tomadas, com as ações possíveis que foram abandonadas por terem sido, naquele momento, tanto a “solução” de um problema conjuntural, quanto o rompimento ou a continuidade com a experiência histórica mais abrangente. Nesse sentido, os estudos sobre patrimônio deveriam levar em consideração o contexto político, econômico e social, no qual essa política pública foi gerada e praticada. (FALCÃO, 1984,p.26). É o que pretendo apresentar nesse trabalho, a partir da documentação do “Programa de Preservação da Memória Nacional” implementado entre 1977/1978 quando a FINEP e o CNPq investem na formação desse novo campo.

Focalizaremos de forma mais apurada a década de 1980, época da institucionalização da história das ciências no Brasil com estudos ainda preocupados em identificar se havia ou não ciência no Brasil antes da República. A década de 1980, período de abertura política, também foi marcada pelo contexto de denúncias da condição e da dispersão do acervo histórico da cultura científica, principalmente das possibilidades de se pesquisar e refletir sobre o processo de desenvolvimento científico brasileiro. A institucionalização da História da Ciência no Brasil reacende no eixo Rio - São Paulo o debate acerca da proteção dos bens nacionais e a inserção de um novo olhar sobre esse tema direcionado pelo grupo de história da ciência.

Em São Paulo tivemos, na USP, a criação da pós-graduação nessa área. Este curso abriu espaços não somente para os cientistas, mas igualmente para historiadores que começaram a se debruçar nas análises sobre desenvolvimento científico e tecnológico apontando a importância de instituições voltadas para a preservação de arquivos ligados à área científica e tecnológica. Esses estudos contribuíram para a abertura de uma discussão sobre a preservação de acervos científicos com o objetivo de preservar a memória da ciência nacional. Sabemos que a escolha de bens a serem preservados, a partir das perspectivas artísticas, históricas, científicas e acima de tudo políticas do momento em que se realiza um determinado inventário para fins de preservação, determinará um ‘apagamento’ ou uma ‘perpetuação’ de representações de um passado linear ou ideal. Portanto, é fundamental compreender quem controla essa política de construção do patrimônio.

O Programa de Preservação da Memória Nacional

Entre 1973 a 1979, no Brasil, a Arquivologia começava a dar os primeiros passos para o seu reconhecimento como disciplina na “*defesa de um patrimônio em vias de desaparecer, em prol de um desenvolvimento cada vez mais acentuado do País*” (ESPOSEL, 1972, p.20) Era a primeira vez que profissionais da área se reuniam num Congresso Nacional, em torno dessa temática e reforçavam ser por uma “*causa justa, necessária. Esquecida. Deturpada*”. (ESPOSEL, 1972, p.20) E, viam nesse evento a oportunidade de reunir profissionais de outras regiões do país que “*lutando (...) no campo esquecido e desamparado da arquivística...*” (FERRANTE, 1972, p.23) pleiteavam, “*apenas um lugar ao sol.*” (FERRANTE, 1972, p.23) Foi nessa década também que os organismos internacionais demonstraram interesse em formular programas de desenvolvimento de serviços de arquivos e centros de documentação, como podemos comprovar no trecho abaixo:

“... os organismos internacionais, do continente e mundial, a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, tenham decidido articular-se num programa de desenvolvimento dos arquivos latino-americanos.” (LIMA, 1972, p.25)

A OEA e a UNESCO estavam interessadas no desenvolvimento de programas de valorização dos arquivos latino-americanos, insistindo “num programa de incentivo e melhoria dos arquivos brasileiros”. (ESPOSEL, 1972, p.20) Muito provavelmente essas agências contribuíram para o interesse dos poderes públicos de implementar um programa de ação na área de preservação da cultura, incentivando a formação de recursos humanos para atender esse novo mercado. A partir de 1971 a Finep foi aparelhada para consolidar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas destinados à expansão do sistema de C&T, visando a implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

O PBDCT previa uma política de desenvolvimento de informações científicas e tecnológicas que seria complementada com o programa de desenvolvimento de núcleos de pesquisa histórica e documentação. E como estratégia para a realização do programa,

propunha a criação e o fortalecimento de unidades documentais que combinasse a recuperação de um acervo documental com a formação de recursos humanos especializados, bem como a promoção de estudos e pesquisas em suas áreas de especialização. Tratava-se “*de um programa de recuperação e organização de acervos documentais, a ser realizado de forma descentralizada, através de instituições que possam se constituir em núcleos documentais*”².

“Ao recuperar a experiência passada de diversas áreas de atividade humana, este programa tem interesse para todas as linhas de atividades prioritárias do II PBDCT, ao permitir melhor conhecimento e compreensão de problemas e alternativas relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico e suas relações com o desenvolvimento econômico e social do país.”³

Previa-se uma ampla programação de pesquisas de natureza histórica e sócio-econômica sobre o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento nacional, bem como o apoio a projetos específicos de salvaguarda do acervo histórico brasileiro.

A Finep era uma agência governamental, responsável pelo gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) “*na ocasião, a grande fonte de recursos para a pesquisa e a pós-graduação.*”⁴ A Finep assessorava o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento⁵, na formulação de estratégias para o desenvolvimento de planos setoriais de ciência e tecnologia “*mesmo considerando as ações sendo desenvolvidas pelo Funtec, pelo CNPq, pela Capes e por outras agências federais e (...) como consequência dessas ações*”.(FERRARI, 2001,p.69)

² Carta de Simon Schwartzman para José Pelúcio Ferreira, em 04 nov. 1976.

³ Idem. Carta de Simon Schwartzman para José Pelúcio Ferreira, em 04 nov. 1976

⁴ Depoimento prestado por Waldimir Pirró e Longo à Amílcar Figueira Ferrari separata do livro *José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil*. Série Biografias/Capes, Biblioteca Anísio Teixeira. Brasília: Editora Paralelo 15, 2001.

⁵ Com a posse de Emílio Garrastazu Médice, João Paulo dos Reis Velloso passou à ministro do Ministério do Planejamento. Este convida o economista José Pelúcio Ferreira para atuar como secretário executivo do FNDCT.

Nos estudos, elaborados por seus técnicos, apontava-se à carência de apoio financeiro ao sistema de ciência e tecnologia para o desenvolvimento da economia brasileira, como podemos perceber no trecho abaixo que nos indica:

“no final da década de 60, a carência de apoio a um sistema de pesquisas científicas e tecnológicas que refletisse as necessidades efetivas e potenciais da economia brasileira e que passasse a conduzir o processo de expansão de seu aparelho produtivo em sincronia com a revolução científica e tecnológica que se achava em curso”⁶.

As cartas pesquisadas indicam que a Organização dos Estados Americanos (OEA), através do Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico desta agência, também financiava o projeto sobre o papel das instituições estrangeiras no desenvolvimento científico e tecnológico nacional, “pioneiro em área totalmente desconhecida até hoje”. Esse estudo estava ligado ao projeto de pesquisas latino-americano, denominado: ‘Aspectos Institucionais e Organizacionais da Política Científica e Tecnológica’, apoiado pela OEA. Seguindo a tendência mundial, o Governo Militar reconheceu a ciência e tecnologia como estratégia de grande importância em seus planos de ação para o desenvolvimento do país.

A Finep, em sintonia com outras agências do Estado Brasileiro, cabia sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico nas diversas regiões do país. Para isso, promoveu intensa mobilização no meio científico, ao financiar a implantação de novos grupos de pesquisa, a criação de programas temáticos, e a expansão da infra-estrutura de C&T e a consolidação institucional da pesquisa e da pós-graduação. O trecho abaixo foi retirado da carta formulada pelo economista José Pelúcio Ferreira, onde apresenta o programa desenvolvido pela Finep/CNPq que visava mapear a história social da ciência no Brasil. Ele justifica o Programa ressaltando a importância de uma sistematização do conhecimento que se encontrava na memória dos

⁶Relatório de atividades da Finep, 1973. Citado por FERRARI, Amílcar Figueira. *José Pelúcio... op.cit.* p.69

técnicos e cientistas que ajudaram na criação e desenvolvimento da ciência e da tecnologia, como podemos comprovar:

“Como sabemos, o Brasil tem várias décadas de experiência de criação e desenvolvimento de centros e linhas de trabalho científico, com graus variados de sucesso. Esta experiência é uma fonte inestimável de ensinamentos em relação aos esforços atuais de dar maior impulso ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Conhecer-la permite identificar erros a não serem repetidos e acertos a serem emulados; e propicia, ao mesmo tempo, um elo de continuidade entre passado e o futuro, que dá sentido de identidade e história as atividades presentes. No entanto, não existe praticamente nenhum registro sistemático desta experiência histórica, permanecendo sua maior parte na memória daqueles que dela participaram em seus momentos e lugares mais significativos. O objetivo deste projeto é recuperar esta experiência, tratando de sistematizá-la e entendê-la(...)”⁷

Começava-se assim, a adoção sistemática de centros de documentação, como alternativa mais pragmática de atender às novas demandas, sociais e profissionais, por informação especializada, sinalizando a existência de um movimento renovador no campo da ciência da informação e da documentação, que prometia mudar as condições de desenvolvimento da pesquisa. (CAMARGO, 2003, p.24) Não era mais possível “*aliar desenvolvimento sem ter em conta os fatores de cultura*”. (VALENTE, 2008, p. 192) Este Fundo então, financiou o Grupo de Estudos sobre o Desenvolvimento da Ciência, dentro do Programa de Estudos sobre o Impacto da Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento Nacional, que desenvolveu o subprojeto ‘história da ciência contemporânea no Brasil’ coordenado por Simon Schwartzman, então professor do IUPERJ e pesquisador do (CPDOC).

Este projeto foi bem recebido pelos cientistas contatados, para eles, preencheria uma

⁷Ofício FINEP/ 005417/76 de José Pelúcio Ferreira, presidente da FINEP, para Mário Schenberg. [Em 12 ago. 1976]. Esta carta era padrão e foi dirigida à vários cientistas.

lacuna “*realmente muito sentida no conhecimento objetivo do desenvolvimento de ciências no Brasil, suas implicações e explicações de suas peculiaridades*”⁸. Era “*um velho sonho que, vejo, começa a realizar-se brilhantemente*”⁹. A pesquisa apresentava-se como uma possibilidade de obter e se beneficiar de informações para “*o conhecimento do desenvolvimento científico no Brasil*”¹⁰ o que contribuiria para a definição de políticas públicas para a área de C&T.

O projeto também visava mapear as condições de cada área do conhecimento a ser investido, desmontado, criado ou reformulado, como ocorreu com as novas linhas de pesquisa e de trabalho que estavam sendo organizadas e estruturadas: a História da Ciência, a Preservação do Patrimônio Cultural. e os Centros de Pesquisa e Documentação.

“Definia-se assim, que a pesquisa seria baseada em análises de entrevistas detalhadas com cientistas brasileiros com passado institucional e acadêmico significativo, ficando de fora os escritores ou pesquisadores isolados desses grupos, bem como instituições que não tenham tido maior relevância como centro de pesquisa”¹¹.

Para o trabalho de entrevistas, foi assinado no dia 1 de abril de 1976 o convênio entre a Fundação Getúlio Vargas e a Finep prevendo a colaboração por meio do Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea (CPDOC)¹² que além das entrevistas faria a manutenção de “*cópias dos referidos documentos e registros que ficariam no Arquivo de História Oral.*”¹³ Esse convênio foi encerrado em julho de 1977 com a finalização das entrevistas.

A idéia de Simon Schwartzman era criar condições físicas e de recursos humanos para formar um núcleo de documentação permanente especializado sobre a história da ciência no Brasil junto ao CPDOC. Sugeriu então, a criação de um núcleo permanente

⁸ Idem. Carta de Crodowaldo Pavan..., 1977.

⁹ Carta de Jose Reis para Simon Schwartzman.

¹⁰ Idem. Carta de Crodowaldo Pavan...,

¹¹ Memorando de Simon Schwartzman para José Pelúcio, detalhando a idéia de um núcleo de documentação permanente especializado sobre a história da ciência no Brasil. 04 nov. 1976.

¹² Vale ressaltar que o CPDOC foi criado em 1973.

¹³ Idem. Carta de Simon Schwartzmann à Tjerk em 19 de abril de 1978.

de organização e preservação da documentação histórica sobre a ciência no Brasil. E, apontava a Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do CPDOC como sendo a instituição capaz de manter a documentação adquirida a partir desse projeto. Mas esse Centro já tinha o seu perfil definido, ficando somente com as fitas das entrevistas que ajudara a realizar.

Feito o diagnóstico, era preciso criar condições para dar prosseguimento ao projeto. Assim, elaborava-se uma minuta de exposição de motivos para ser apresentada ao Presidente da Finep para avaliação e assinatura do Ministro João Paulo dos Reis Velloso, a fim de criar um programa de preservação da memória nacional.

No âmbito desse programa procurou-se fortalecer dois novos campos: a história da ciência e os centros de documentação, que emergiram em fins da década de 1970 e na década seguinte com campanhas de fortalecimento dos mesmos. Previa-se uma ampla programação de pesquisas de natureza histórica e sócio-econômica sobre o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento nacional, bem como o apoio a projetos específicos de salvaguarda do acervo histórico brasileiro. Porém, ao longo do processo de redemocratização do país a área que saiu mais fortalecida foi a de preservação do patrimônio cultural voltada às humanas, já que na década de 1970 ainda imperava a hegemonia do pensamento arquitetônico. Assim, iniciativas de criação de centros de documentação giraram em torno dos temas: política (CPDOC), literatura (Casa Rui) e partidos políticos (Edgard Leuenroth/ Unicamp).

A Finep apresentou ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura e ao Conselho Científico e Técnico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CCT/CNPq) o “Programa de Preservação da Memória Nacional” prevendo a aprovação de projetos parciais com o CPDOC/FGV, o Arquivo Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, na área de documentação. Além disso, previa-se para o biênio 1977/1978 o montante de Cr\$ 60.000.000,00¹⁴ dos

¹⁴ O dólar valia em jan./1977 - CR\$ 12.590,00; fev. CR\$ 12.870,00; mar. CR\$ 13.055,00; abr. CR\$ 13.365,00; maio CR\$ 13.700,00; jun. CR\$ 14.350,00; jul. CR\$ 14.560,00; ago. CR\$ 14.810,00; set. CR\$ 15.020,00; out. CR\$ 15.275,00; nov. CR\$ 15.535,00; dez. CR\$ 15.800,00. Em jan/1978 o dólar valia: CR\$ 16.250,00; fev. CR\$ 16.495,00; mar. CR\$ 16.630,00; abr. CR\$ 17.265,00; maio CR\$ 17.370,00; jun. CR\$ 18.030,00; jul. CR\$ 18.410,00; ago. CR\$ 18.685,00; set. CR\$ 19.250,00; out. CR\$ 19.640,00; nov. CR\$ 20.050,00; dez. CR\$ 20.470,00. Informação retirada de: www.yahii.com.br/dolar.html em 11 ago. 2010. 14:51.

recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinado ao programa integrado de apoio ao desenvolvimento de centros de documentação e pesquisa histórica, tendo em vista a preservação da memória nacional.

A Finep ficou com a coordenação geral em cooperação com o MEC/DAU e com o CNPq. A Biblioteca Nacional (BN), o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Fundação Cinemateca Brasileira de São Paulo eram as entidades executoras do ‘Programa de Preservação da Memória Nacional’. A idéia desse Programa era atender as áreas tecnológicas e científicas bem como as artes e ciências humanas. Tratava-se do início de um processo de reconstrução do projeto de desenvolvimento da ciência, das artes e cultura nacional interrompido no período mais duro da ditadura militar.

Apesar do Programa financiar os centros de documentação, este era contraditório, pois as fontes pertencentes a arquivos de cientistas que direta ou indiretamente participaram na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil não possuíam um lugar adequado para o seu tratamento e pesquisa. E mesmo instituições científicas não foram contempladas com as benesses do Estado, como por exemplo, o Observatório Nacional, instituição do CNPq, que teve sugerido por um auditor que os instrumentos científicos e os documentos fossem destruídos como sucatas, como podemos comprovar no trecho abaixo que indica:

“todos os instrumentos velhos, obsoletos e sem uso fossem alienados e vendidos como metal velho, para abrir espaço para abrigar os novos equipamentos. O mesmo destino era aconselhado para os arquivos históricos de documentos.”

(BARRETO, 1987,p.371)

Note no trecho acima que mesmo reconhecendo como arquivos históricos, esses deveriam ser destruídos. Felizmente, a sugestão não foi acatada. Mas a documentação produzida pelos centros de pesquisa e seus cientistas continuavam sem uma política de

proteção. Chegamos aos anos 1980 os recém pesquisadores em história da ciência¹⁵ alertavam para o descaso com os documentos que estavam sendo descartados o que poderia comprometer os estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Acreditava-se que para se fazer um estudo crítico seria necessário confrontar diferentes fontes em busca de uma versão que mais se aproximasse da realidade, e por isso era preciso proteger e disseminar os documentos garantindo assim a sua permanência. Eles formularam um documento provocando a comunidade científica da necessidade de uma política de preservação da cultura científica ressaltando:

“Ainda que, de um modo geral, nossas elites dirigentes não possam ser propriamente caracterizadas pelo seu interesse em preservar o patrimônio cultural do país, causa inquietação o atual estado de abandono do acervo que constitui a memória histórica das ciências no Brasil. Ao contrário do que ocorre notadamente nos campos das artes e da política, em que bem ou mal (não cabe aqui discutir) se acham definidas responsabilidades e políticas institucionais, o patrimônio de nossa cultura científica não tem recebido os mínimos cuidados necessários a sua sobrevivência”.(GARCIA, OLIVEIRA, 1983, p.1)

O redirecionamento do “Programa de Preservação da Memória Nacional” causou desconforto para aqueles que militavam a favor da C&T, como demonstra o trecho acima. Podemos inferir que essa área tinha carência de recursos humanos voltados para a questão de seu patrimônio científico. Seria preciso formar novos agentes, daí os cursos de história da ciência e toda a movimentação por parte dos cientistas na defesa deste seu patrimônio.

¹⁵Havia no Observatório Nacional um grupo de pesquisa criado em 24 de fevereiro de 1982 através da OI – 04/82, denominado Grupo Memória da Astronomia (GMA) responsável pela preservação dos instrumentos científicos bem como pela disseminação da astronomia e realizações astronômicas do Observatório Nacional. Em 11 de outubro de 1982, passa a ser denominado “Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins do Brasil – (PMAC)” que organizava encontros para discutir a criação de museus de ciência no Brasil. Esse grupo era composto pelo astrônomo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, astrofísico Marcomede Rangel Nunes, historiadores da ciência João Carlos Vitor Garcia formado em sociologia e José Carlos de Oliveira formado em engenharia, o astrônomo Oliveiros Cardoso Tavares e Gilberto Oliveira da Silva, todos responsáveis pela preservação dos instrumentos científicos, bem como pela disseminação da astronomia e realizações astronômicas do Observatório Nacional. Faziam parte do PMAC. (006.01.004)

Não havia consenso sobre o conceito de patrimônio entre as décadas de 1970 e 1980. Essa noção passava por uma revisão, interferindo nas práticas e nos conceitos de museus que começaram a ser reavaliados de forma a abarcar não somente os museus, mas também as bibliotecas e os arquivos.

“A concepção moderna de Museus como instituições culturais extremamente dinâmicas, e não como depósitos de antiguidades (...) .Hoje os museus não apenas recolhem, classificam, conservam e expõem estaticamente objetos. São também seus objetivos o estímulo à pesquisa, à promoção e divulgação de seu acervo para fins pedagógicos. Seu funcionamento como banco de informações permite que ofereçam ao público, serviços em sua área de especialização que vão desde a biblioteca, arquivos, mapoteca, videoteca e filмотeca até a edição de livros e revistas e o estabelecimento de lojas e livrarias”¹⁶

O conceito de patrimônio foi ampliado na medida em que novos grupos sociais conseguiram romper o silêncio de suas histórias e quando as próprias instituições de preservação passaram a entender que há outros patrimônios, outros saberes e outras populações cuja memória precisa ser preservada. O resultado do movimento de proteção do patrimônio científico foi a organização da mesa redonda “Preservação da Cultura Científica Nacional,”¹⁷ para promover debates sobre a importância de proteger o patrimônio científico brasileiro sugerindo a criação de instituições voltadas especificamente para essa área. Esses cientistas queriam também que o CNPq formulasse uma política de proteção aos acervos científicos, conforme indica o trecho abaixo:

“... que o CNPq adotasse uma política abrangente de recuperação e preservação do acervo histórico da cultura científica nacional; (...) possibilitando a criação de um Museu de ciência no prédio principal do ON;...”¹⁸

¹⁶ Projeto de criação: Proposta inicial elaborado em 02 de setembro de 1982 In: Documentos Gerais/MAS. (006.01.004).

¹⁷ Estiveram presentes os físicos Mário Schenberg e José Leite Lopes; o biofísico Carlos Chagas Filho; o matemático e presidente da Academia Brasileira de Ciências Maurício Mattos Peixoto; o geneticista e presidente da SBPC Clodowaldo Pavan e o químico Simão Matias; a museóloga Fernanda Moro, o astrônomo Lício da Silva e o antropólogo George Leite Zarur, sendo coordenador da Mesa Shoji Motoyama do Núcleo de História da Ciência e da Tecnologia da USP.

¹⁸ Dossiê de criação do MAST.

Parte da comunidade científica manifestava assim grande preocupação com os acervos que retratavam a memória e o desenvolvimento da ciência no Brasil, sugerindo a criação de uma instituição voltada para a preservação do patrimônio científico. A consequência desse encontro foi o tombamento do Campus do Observatório Nacional, onde mais tarde (1985) seria criado o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) dentro das novas concepções de museus em voga. O MAST surge nesse momento de transformação conceitual dos fazeres museológicos e com uma nova visão de museus, mesclando preservação e pedagogia científica no estímulo de jovens para despertar vocações a partir de exposições lúdicas que os aproximassem das questões científicas.

Refletir sobre a política de preservação do patrimônio no Brasil, voltada para a área da ciência e da tecnologia, avaliando as motivações "assumidas, confessadas, tácitas ou ignoradas" (CHOAI, 2001, p.29) as quais estão na base das condutas patrimoniais que se cristalizaram nos estudos historiográficos brasileiros faz parte do trabalho crítico e questionador do historiador.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Luiz Muniz. Observatório Nacional: 160 anos de História. Rio de Janeiro: ON, 1987.
- CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003.
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- ESPOSEL, José Pedro Pinto. Palavras do Presidente da AAB. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro: AAB, 15 a 20 out, de 1972.
- FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Estado e Cultura no Brasil. Sergio Miceli (org.). São Paulo: Difel, 1984.
- FERRANTE, Mbá de. Discurso em nome dos Congressistas. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro: AAB, 15 a 20 out, de 1972.
- FERRARI, Amílcar Figueira. *José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2001.
- GARCIA, João Carlos Vitor, OLIVEIRA, José Carlos de. *Por uma política de preservação da cultura científica*. Rio de Janeiro, jul.1983. Documento de circulação interna.
- VALENTE, Maria Esther. *Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma historia da museologia entre as décadas de 1950 -1970*. Campinas: Unicamp, 2008. Tese de Doutorado.